



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 482-B, DE 2015 **(Do Sr. Capitão Augusto)**

Altera o Decreto-Lei nº 667/69, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. CABO SABINO); e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (relator: DEP. PASTOR EURICO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Parecer do relator
- Emendas oferecidas pelo relator (3)
- Parecer da Comissão
- Emendas adotadas pela Comissão (3)

III - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o Decreto-Lei nº 667/69, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 667/69 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 9º Observada a legislação própria de cada Unidade da Federação, e respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento, são condições básicas para ingresso nas polícias militares:

I - ser brasileiro;

II - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

III - não registrar antecedentes penais dolosos;

IV - estar no gozo dos direitos políticos;

V - ser aprovado em concurso público;

VI - ter procedimento social irrepreensível, idoneidade moral, apurados através de investigação;

VII - ter capacitação física e psicológica compatíveis com o cargo, verificados através de exame de aptidão;

VIII – ser aprovado em exame de saúde e exame toxicológico com larga janela de detecção;

IX - comprovar, quanto ao grau de escolaridade, a conclusão de:

a) curso de bacharelado em direito, para o ingresso na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);

b) curso de graduação superior nas áreas de interesse conforme regulamentação própria de cada instituição policial militar, para as praças ingressarem na carreira de Oficial do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE);

c) curso de graduação superior em qualquer área, para o ingresso na carreira de Praça de Polícia Militar. (NR)

.....

Art. 11. Observada a legislação própria de cada Unidade da Federação, o acesso na escala hierárquica tanto de oficiais quanto de praças será gradual e sucessivo, e o processo de promoção de cada posto ou graduação será segundo os critérios de antiguidade, por bravura, notória capacidade, post mortem e em ressarcimento de preterição. (NR)

Art. 12. As Policias Militares manterão cursos em estabelecimento de ensino da própria polícia militar, podendo, ainda, ser desenvolvido em outra Unidade

Federada, ou em parceria com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, como requisito para a promoção.

§ 1º Nos Quadros de Oficiais aos postos de:

I – Major: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO);

II – Coronel: Curso de Estudos Estratégicos (CEE).

§ 2º Nos Quadros de Praças às graduações:

I – Sargento: Curso de Formação de Sargentos (CFS);

II – Sub Tenente: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). (NR)”

Art. 3º As Unidades da Federação que não possuem a exigência estabelecida nas letras a), b) e c) do inciso IX do Art. 9º do Decreto-Lei nº 667/69, com a redação dada pelo art. 2º, desta lei, terão o prazo de 3 (três) anos para se adaptarem a nova exigência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O art. 22, inciso XXI, da Constituição Federal estabelece que compete à União legislar sobre as normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As Polícias Militares são Instituições históricas e de caráter nacional, pois têm competências no âmbito do Estado membro da Federação, e têm também competências no âmbito da federação, enquanto Força Reserva e Força Auxiliar do Exército Brasileiro, integrante do sistema de defesa territorial da pátria.

Ao longo da sua existência, as polícias militares foram obtendo padronização, porém impostas pelo governo militar, que depois do processo de redemocratização passaram a editar, nos Estados, legislações diferenciadas quanto às exigências mínimas para o ingresso nas suas carreiras não havendo, por consequência, um padrão nacional também mínimo para o candidato ao ingresso nas fileiras dessas instituições.

Isso traz sérios problemas levando em conta os serviços que esses profissionais vão desempenhar junto à sociedade após integrarem o efetivo ativo das polícias militares.

Outro fator preponderante é que a Polícia Militar pela sua missão, também constitucional, de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública, necessita de candidatos ao ingresso na instituição que possuam atributos diferenciados dos demais agentes públicos tais como: higidez física apurados em testes físicos e de saúde; não possuírem comprovadamente envolvimento com drogas ilícitas apurados em exames toxicológico e nem mesmo envolvimento com o

crime, demonstrado através de antecedentes penais; ter capacidade psicológica aferida em exames específicos, dentre outros.

Com a evolução da própria sociedade há também que haver preocupação no avanço intelectual do pretendente ao ingresso na Polícia Militar, preparando assim a instituição, cada vez mais, para prestar melhor serviço ao cidadão.

Nesse sentido, há necessidade de que o futuro policial militar tenha frequentado o “mundo acadêmico”, por isso a importância da exigência do candidato ao ingresso de possuir curso superior devidamente comprovado e reconhecido, e, especificamente para o candidato ao Oficialato, a exigência do bacharelado em direito, justamente pelo motivo de que ele será o gestor dos efetivos e de suas lides diárias em todas as atividades da instituição, sendo um operador do direito, o primeiro guardião dos direitos fundamentais do cidadão.

Aliado a tudo isso, há a necessidade, como já mencionado, de previsão em legislação nacional específica das condições mínimas exigidas ao candidato ao ingresso nas Polícias Militares Brasileiras, estabelecendo um padrão nacional, deixando as outras exigências para que cada Unidade da Federação o faça em sua legislação, aí sim, respeitando as peculiaridades de cada região.

Necessário salientar que vários estados já contemplam a exigência prevista neste projeto, dentre eles: Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Por fim, a presente proposta prevê um prazo de três anos para que as Unidades da Federação preparem-se para iniciar a exigência dos candidatos ao ingresso.

Temos a certeza que os nobres pares aperfeiçoarão e aprovarão esta proposta, concedendo para a população brasileira uma instituição policial militar mais qualificada na prestação do serviço de segurança pública.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2015.

CAPITÃO AUGUSTO
Deputado Federal
PR-SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; *[\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012, publicada no DOU de 30/3/2012, produzindo efeitos 120 dias após a publicação\)](#)*

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; *[\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX - propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. [*\(Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)*](#)

DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969

Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

CAPÍTULO III DO PESSOAL DAS POLÍCIAS MILITARES

Art. 8º A hierarquia nas Polícias Militares é a seguinte:

a) Oficiais de Polícia:

- Coronel - Tenente-Coronel
- Tenente-Coronel
- Major
- Capitão
- 1º Tenente
- 2º Tenente
- b) Praças Especiais de Polícia:
 - Aspirante-a-Oficial
 - Alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia.
- c) Praças de Polícia:
 - Graduados:
 - Subtenente
 - 1º Sargento
 - 2º Sargento
 - 3º Sargento
 - Cabo
 - Soldado.

§1º A todos os postos e graduações de que trata este artigo será acrescida a designação "PM" (Polícia Militar).

§2º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares:

- a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, para atender necessidades da respectiva Corporação em atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército;
- b) suprimir na escala hierárquica um ou mais postos ou graduações das previstas neste artigo; e
- c) subdividir a graduação de soldado em classes, até o máximo de três. ([Parágrafo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.106, de 6/2/1984](#))

Art. 9º O ingresso no quadro de oficiais será feito através de cursos de formação de oficiais da própria Polícia Militar ou de outro Estado.

Parágrafo único. Poderão também, ingressar nos quadros de oficiais das Polícias Militares, se convier a estas, Tenentes da Reserva de 2ª Classe das Forças Armadas com autorização do Ministério correspondente.

Art. 10. Os efetivos em oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, ouvido o Estado-Maior do Exército serão providos mediante concurso e acesso gradual conforme estiver previsto na legislação de cada Unidade Federativa.

Parágrafo único. A assistência médica às Polícias Militares poderá também ser prestada por profissionais civis, de preferência oficiais da reserva ou mediante contratação ou celebração de convênio com entidades públicas e privadas existentes na comunidade, se assim convier à Unidade Federativa.

Art. 11. O recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 12. O acesso na escala hierárquica tanto de oficiais como de praça será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com legislação peculiar a cada Unidade da Federação, exigidos os seguintes requisitos básicos:

a) para a promoção ao posto de Major: curso de aperfeiçoamento feito na própria corporação ou em Força Policial de outro Estado;

b) para a promoção ao posto de Coronel: curso superior de Polícia, desde que haja o curso na Corporação.

CAPÍTULO IV INSTRUÇÃO E ARMAMENTO

Art. 13. A instrução das Polícias Militares limitar-se-á a engenhos e controlada pelo Ministério do Exército através do Estado-Maior do Exército, na forma deste Decreto-lei.

.....

.....

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I - RELATÓRIO

A proposição que ora se submete à apreciação deste ínclito colegiado é o Projeto de Lei (PL) nº 482, de 2015, de autoria do ilustre Deputado Capitão Augusto. O referido projeto altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências atinentes à matéria, visando a estabelecer as condições de ingresso nas Polícias Militares do Brasil.

Na justificação do projeto em epígrafe, o autor aduz que *“a Polícia Militar pela sua missão, também constitucional, de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública, necessita de candidatos ao ingresso na instituição que possuam atributos diferenciados dos demais agentes públicos tais como: higiene física apurados em testes físicos e de saúde; não possuírem comprovadamente envolvimento com drogas ilícitas apurados em exames toxicológico e nem mesmo envolvimento com o crime, demonstrado através de antecedentes penais; ter capacidade psicológica aferida em exames específicos, dentre outros.*

Com a evolução da própria sociedade há também que haver preocupação no avanço intelectual do pretendente ao ingresso na Polícia Militar, preparando assim a instituição, cada vez mais, para prestar melhor serviço ao cidadão.

Nesse sentido, há necessidade de que o futuro policial militar tenha frequentado o “mundo acadêmico”, por isso a importância da exigência do candidato ao ingresso de possuir curso superior devidamente comprovado e reconhecido, e, especificamente para o candidato ao Oficialato, a exigência do bacharelado em direito, justamente pelo motivo de que ele será o gestor dos efetivos e de suas lides diárias em todas as atividades da instituição, sendo um operador do direito, o primeiro guardião dos direitos fundamentais do cidadão.

Aliado a tudo isso, há a necessidade, como já mencionado, de previsão em legislação nacional específica das condições mínimas exigidas ao candidato ao ingresso nas Polícias Militares Brasileiras, estabelecendo um padrão nacional, deixando as outras exigências para que cada Unidade da Federação o faça em sua legislação, aí sim, respeitando as peculiaridades de cada região.

Necessário salientar que vários estados já contemplam a exigência prevista neste projeto, dentre eles: Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal...”

Por despacho da Presidência, a proposição em análise foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e à Comissão de Segurança Pública e Combate ao crime Organizado, para pronunciarem-se sobre o mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão a análise do mérito por ser um serviço público essencial a sociedade, a prestação da segurança pública.

No que concerne à análise do mérito dos objetivos visados com a apresentação do Projeto de Lei nº 482, de 2015, julgamos serem robustos os argumentos utilizados pelo autor para a sua justificação.

De fato, entendemos que o combate à violência e a atuação tempestiva de socorro nos casos de acidentes e desastres tornou-se, nos últimos anos, política pública da mais alta prioridade e merece todos os nossos esforços no sentido de fazê-la cada vez mais efetiva.

Sob esse enfoque, entendemos que a proposição ora analisada – ao estimular uma melhor qualificação das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal – está em absoluta sintonia com os anseios da nossa sociedade e constitui uma iniciativa relevante no sentido de fortalecer instituições tão importantes, que muito podem contribuir para a preservação da ordem pública, seja no papel de orientação e socorro da população, como no de inibição e combate ao crime, pelo que merece todo o nosso apoio.

Assim, como cabe fundamentalmente a esta Comissão opinar quanto ao mérito da matéria, julgamos oportuna e de grande relevância a aprovação da matéria.

Adicionalmente, entendemos proceder alguns ajustes ao texto original, de forma a equalizar melhor os critérios ali estabelecidos e potencializar o alcance dos objetivos visados.

Em face do exposto, votamos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 482, de 2015, com as emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2015.

Deputado CABO SABINO
Relator

EMENDA 01

Acrescenta-se o inciso X, no art. 9º, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço:

Art. 2º.....

.....
Art. 9º.....

.....
X – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos na data de realização do concurso.” (NR)

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2015.

Deputado CABO SABINO
Relator

EMENDA 02

Dê-se ao art. 11, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço, a seguinte redação:

Art. 2º.....

.....
Art. 11. Observada a legislação própria de cada Unidade da Federação, o acesso na escala hierárquica tanto de oficiais quanto de praças será gradual e sucessivo, e o processo de promoção de cada posto ou graduação será segundo os critérios de antiguidade, por bravura, notória capacidade, post mortem, em ressarcimento de preterição e requerida.” (NR)

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2015.

Deputado CABO SABINO
Relator

EMENDA 03

Dê-se aos §§ 1º e 2º, do art. 12, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço, a seguinte redação:

Art. 2º.....

.....
Art. 12.....

.....

§ 1º Nos Quadros de Oficiais aos postos de:

I – Major: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO);

II – Coronel: Curso de Estudos Estratégicos (CEE) ou equivalente.

§ 2º Nos Quadros de Praças às graduações:

I – Sargento: Curso de Formação de Sargento (CFS) ou Curso de Habilitação a Sargento (CHS);

II – Sub Tenente: Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS) ou Curso de Habilitação a Sub Tenente (CHST).” (NR)

Sala da Comissão, em 02 de julho de 2015.

Deputado CABO SABINO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com Emendas, o Projeto de Lei nº 482/2015, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cabo Sabino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Benjamin Maranhão - Presidente, Aureo e Geovania de Sá - Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Bebeto, Daniel Almeida, Gorete Pereira, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Ramos, Roberto Góes, Vicentinho, Adilton Sachetti, Alexandre Baldy, Alice Portugal, Cabo Sabino, Darcísio Perondi, Lelo Coimbra, Lucas Vergilio, Mainha, Roney Nemer, Sergio Vidigal e Valmir Prascidelli.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2015.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Presidente

EMENDA ADOTADA PELA CTASP **PROJETO DE LEI Nº 482, DE 2015**

“Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.”

Acrescenta-se o inciso X, no art. 9º, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço:

Art. 2º.....

Art. 9º.....

X – ter no máximo 35 (trinta e cinco) anos na data de realização do concurso.” (NR)

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2015.

**Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Presidente**

**EMENDA ADOTADA PELA CTASP
PROJETO DE LEI Nº 482, DE 2015**

“Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.”

Dê-se ao art. 11, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço, a seguinte redação:

Art. 2º.....

Art. 11. Observada a legislação própria de cada Unidade da Federação, o acesso na escala hierárquica tanto de oficiais quanto de praças será gradual e sucessivo, e o processo de promoção de cada posto ou graduação será segundo os critérios de antiguidade, por bravura, notória capacidade, post mortem, em ressarcimento de preterição e requerida.” (NR)

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2015.

**Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Presidente**

**EMENDA ADOTADA PELA CTASP
PROJETO DE LEI Nº 482, DE 2015**

“Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.”

Dê-se aos §§ 1º e 2º, do art. 12, constante do art. 2º do projeto de lei em apreço, a seguinte redação:

Art. 2º.....

.....

Art. 12.....

.....

§ 1º Nos Quadros de Oficiais aos postos de:

I – Major: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO);

II – Coronel: Curso de Estudos Estratégicos (CEE) ou equivalente.

§ 2º Nos Quadros de Praças às graduações:

I – Sargento: Curso de Formação de Sargento (CFS) ou Curso de Habilitação a Sargento (CHS);

II – Sub Tenente: Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (CAS) ou Curso de Habilitação a Sub Tenente (CHST).” (NR)

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2015.

**Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Presidente**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 482, de 2015 (PL 482/2015), de autoria da Capitão Augusto, busca alterar “o Decreto-Lei nº 667/69, que “Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em sua justificção, o autor menciona: (1) a inexistência de padronização de requisitos mínimos para ingresso nas Forças Auxiliares do Exército; (2) a sensibilidade do recrutamento para essas Forças, em vista de suas missões constitucionais relevantes; (3) a necessidade de se exigir o bacharelado em Direito

do futuro Oficial, em vista das exigências acadêmicas do mundo atual e das peculiaridades de sua atuação na sociedade brasileira hodierna; e (4) a pré-existência de leis com exigências semelhantes em alguns Estados-Membros da Federação, entre outros argumentos.

O PL 482/2015 foi apresentado no dia 26 de fevereiro de 2015. O despacho atual inclui a tramitação nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e na de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC, para análise de constitucionalidade e de juridicidade). A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, com regime ordinário de tramitação.

A proposição já tramitou pela CTASP, tendo sido aprovado, no dia 11 de novembro de 2015, o parecer em seu âmbito, por unanimidade, com três emendas, a saber:

- Emenda Adotada pela Comissão n. 1: fixou a idade máxima de 35 anos na data da realização do concurso, para ingresso nas carreiras das polícias militares;

- Emenda Adotada pela Comissão n. 2: acresceu a modalidade “requerida” entre os critérios de promoção nos círculos dos oficiais e das praças; e

- Emenda Adotada pela Comissão n. 3: aumentou a relação de cursos adotados como requisitos para a promoção aos diversos postos e graduações que estipula.

No dia 12 de novembro de 2015, a CSPCCO recebeu a proposição em tela. No dia 2 de junho de 2016, então, fui designado Relator da matéria no âmbito da CSPCCO. Em 15 de junho, findou-se o prazo de apresentação de emendas, sem que nenhuma houvesse sido apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição legislativa foi distribuída para esta Comissão em virtude do disposto no art. 32, XVI, “d” e “g”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Nessa oportunidade, então, ficaremos detidos à análise de mérito da proposta (art. 55, parágrafo único, RICD), no campo estrito da segurança pública, deixando de lado a apreciação de sua constitucionalidade, o que

será, certamente, feito em Comissão Permanente subsequente, com competência legislativa para tal.

No cerne de sua proposta, assim, está a preocupação com a padronização de critérios mínimos, no âmbito do País, referentes à seleção para ingresso e à promoção nas carreiras das Forças Auxiliares dos Estados-Membros e do Distrito Federal.

Nesse contexto, faz-se mister ressaltar que a proposição em tela tem, no mérito, virtudes suficientes a ensejar sua aprovação. Estabelecer, em lei, os requisitos mínimos que os candidatos a policial e a bombeiro militar devem atingir para adentrarem as respectivas corporações, por exemplo, é extremamente necessário e urgente.

Isso se dá, de modo muito especial, pelo fato de o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, recepcionado como lei ordinária pela atual Constituição Federal, estar, efetivamente, desatualizado. Essa proposição, nesse compasso, será somada a outros esforços legislativos no sentido de contribuir com a atualização dessas normas gerais de organização dessas corporações.

Medidas como a proposta pelo Autor vão, ainda, ao encontro da necessidade de aprimoramento dos órgãos voltados para a segurança pública no País, de modo muito especial, no âmbito das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Muito acertadamente, diga-se de passagem, o PL foca um momento crucial para tais instituições: o recrutamento.

Entre tantas outras exigências criadas pela futura norma jurídica, destacam-se: (1) ausência de registros penais dolosos; (2) capacitação física e psicológica compatíveis com o cargo; (3) conclusão da graduação em Direito para o Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares; e (4) conclusão de curso superior inespecífico para acesso à carreira de Praça de Polícia Militar etc.

Faz-se necessário citar, ainda: (1) a menção aos critérios de promoção para os círculos de Oficiais e de Praças; (2) o estabelecimento de cursos mínimos para a promoção a determinados postos e graduações e (3) o equilíbrio e a maturidade da proposição ao estabelecer prazo de adaptação às novas regras compatível com a extensão e a complexidade das mudanças legislativas propostas; tudo apontando para a conclusão já manifestada de necessidade de aprovação, no mérito, da norma em tela.

No que toca às emendas propostas pelo Relator, no seio da CTASP, também nos manifestamos pelas suas respectivas aprovações. As três

emendas aperfeiçoam o mérito da proposição ora em análise, na medida em que são resultado de reflexões necessárias e úteis, que foram conduzidas sobre o texto original, com as quais concordamos em suas totalidades.

Em face de todo o exposto, este Relator se manifesta, no mérito, pela aprovação do PL 482/2015, e de suas Emendas de Relator no âmbito da CTASP, de nº 1, 2 e 3, esperando apoio dos demais Pares no mesmo sentido.

Sala da Comissão, em 8 de agosto de 2016.

DEPUTADO PASTOR EURICO

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 482/2015, com adoção das emendas da CTASP, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pastor Eurico.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Alexandre Baldy - Presidente; Alberto Fraga e Aluisio Mendes - Vice-Presidentes; Alexandre Leite, Delegado Éder Mauro, Delegado Edson Moreira, Eduardo Bolsonaro, Fernando Francischini, Gonzaga Patriota, João Campos, Keiko Ota, Laerte Bessa, Laudivio Carvalho, Paulo Freire, Reginaldo Lopes, Ronaldo Martins, Subtenente Gonzaga e Vitor Valim - Titulares; Ademir Camilo, Carlos Henrique Gaguim, Celso Russomanno, Hugo Leal, Lincoln Portela e Pastor Eurico - Suplentes.

Sala da Comissão, em 18 de outubro de 2016.

Deputado ALEXANDRE BALDY
Presidente

FIM DO DOCUMENTO